



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

ANÁLISE SWOT DA TRILHA DA PRAIA DESERTA: Estratégias visando o Desenvolvimento do Turismo no Parque Nacional no Superagui /PR

Valéria de Meira Albach

Doutora em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa
val.albach@gmail.com

Ana Cláudia Folmann

Doutoranda em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa
acfolmann@hotmail.com

Tatiane Ferrari do Vale

Mestranda em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa
tatianeferrari01@gmail.com

Recebido: 28 de junho, 2017

Aprovado: 06 de novembro, 2017

RESUMO

As trilhas são um modo de apreciar os aspectos naturais e se manejadas podem contribuir com a conservação local. O uso público dessas áreas deve levar em consideração os vários aspectos que compõem uma trilha e uma análise mais aprofundada das suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças podem auxiliar os gestores na tomada de decisão. Dessa forma, configura-se como principal objetivo desse artigo analisar a Trilha da Praia Deserta (principal trilha do Parque Nacional do Superagui - PNS) sugerindo ações com base na Análise SWOT. A metodologia empregada tem cunho descritivo e a técnica de análise é a SWOT por meio da observação participativa e



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

a pesquisa *in loco*. Conclui-se que a Trilha da Praia Deserta apresenta importantes forças e oportunidades, no entanto são necessárias melhorias e adequações para atender os visitantes e a comunidade do entorno do PNS. São sugeridas ações que podem incrementar a atividade turística que acontece na região.

Palavras-chaves: Trilhas, Análise SWOT, Parque Nacional do Superagui.

INTRODUÇÃO

Parque Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação (UC), prevista na Lei 9985 de 18 de julho de 2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Anteriormente à promulgação desta lei, o Brasil já contava com quarenta e três dos setenta e um parques existentes atualmente (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2015b). O que mudou desde a criação dos primeiros Parques Nacionais brasileiros até a elaboração do SNUC, foi a concepção de apenas conservar as áreas naturais que até então eram consideradas intocáveis para áreas onde fosse possível desenvolver atividades de lazer, educação e turismo. Dessa forma, houve a regulamentação das atividades que poderiam ser desenvolvidas na área de uma UC, pois até então práticas de uso público aconteciam em áreas protegidas, no entanto não

170



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

havia um marco legal brasileiro específico para UCs a ser seguido.

Com a regulamentação da lei do SNUC, fica esclarecido pelo artigo 11,

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000).

171

Desta forma, mais do que uma área intocável e intocada (Diegues, 2004), os parques nacionais podem ser locais para o desenvolvimento de atividades planejadas e sustentáveis, possibilitando que a comunidade do entorno e os visitantes sejam partes atuantes da conservação e manutenção destes locais.

No âmbito de integração da sociedade com a conservação da natureza, o turismo surge como conceito chave, pois além de permitir a aproximação das pessoas com áreas que apresentam importância científica e ecológica, e que precisam de um órgão



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

que fiscalize e regularmente as atividades na área, em muitos casos é a principal fonte de renda das comunidades locais e pode gerar recursos para a manutenção do parque.

Um desses quarenta e três parques criados antes da promulgação da lei que regulamentou o SNUC, foi o Parque Nacional do Superagui (PNS). Esse parque foi criado em 1989 pelo decreto nº 97.688 de 25 de abril de 1988, sendo ampliado em 20 de novembro 1997 pelo decreto nº 9.513 (ICMBio, 2015a).

172

O Parque Nacional do Superagui, localizado no litoral norte do Paraná, integra a Floresta Atlântica que se encontra ameaçada devido ao constante desmatamento pelo qual vem passando nas últimas décadas. O Parque possui uma área de 33.988 mil hectares, que inclui a ilha das Peças, Superagui, Pinheiro e Pinheirinho e parte do continente correspondente ao Rio dos Patos (ICMBio, 2015a).

A Ilha do Superagui apresenta grande quantidade de atrativos naturais e culturais, atraindo turistas de diversas procedências.



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

No parque podem ser encontradas espécies endêmicas como o mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecuscaissara*) e o papagaio-da-cara-roxa ou chauá (*Amazona brasiliensis*). Fatores como esses atraem um grande número de pesquisadores e admiradores da natureza. Dada a importância da Ilha, ela está inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e também é tombada como um Patrimônio Natural da Humanidade (ICMBio, 2015a).

A Ilhas do Superagui e das Peças possuem uma população de aproximadamente 1.700 habitantes, que vivem em 20 comunidades cujos membros se dedicam quase exclusivamente à pesca (Albach, 2013). No decorrer dos últimos anos a Ilha passou por transformações para atender uma demanda crescente de turistas que visitam a ilha - os moradores locais construíram pousadas, restaurantes e lanchonetes, além de trabalharem com transporte de turistas.

A área é conservada também devido a sua importância ecológica e cultural, há a tradição do fandango - Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, resquícios da colonização suíça

173



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

representada pela família do pintor William Michaud, dentre tantos outros aspectos histórico-culturais. A riqueza da natureza e as crescentes necessidades sociais mostram a importância de ações que valorizem esse relacionamento e promovam a região (ICMBio, 2015a).

Nesse contexto, o turismo insere-se como uma ferramenta que pode fomentar práticas sustentáveis em prol da conservação da natureza. Atividades devem ser pensadas e planejadas respeitando as tradições locais e o meio ambiente, assim, a prática de atividades de ecoturismo, turismo de aventura e turismo de base comunitária (TBC) potencializam os atrativos locais, e geram emprego e renda para a comunidade.

No entanto, para que essas atividades possam ser desenvolvidas é necessário que exista infraestrutura turística que ofereça produtos e serviços de qualidade e condições de segurança para os turistas que visitam o parque. Assim, se configura como principal objetivo desse artigo analisar a Trilha da Praia Deserta (principal trilha do PNS), através da análise SWOT e propor estratégias para melhorias na trilha, bem como

174



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

apontar outros aspectos que possam contribuir com o turismo na área do Parque.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada para elaboração desse artigo é de cunho qualitativo e utilizou-se uma abordagem descritiva. A técnica aplicada foi a análise SWOT, com o intuito de analisar o ambiente “externo” e “interno” da atual Trilha da Praia Deserta do Parque Nacional do Superagui (PR), sendo este o foco desse trabalho. Para tanto foram realizadas também pesquisas *in loco* e observação participativa.

175

A análise SWOT é uma ferramenta que permite a análise das forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) que compõem o ambiente interno e externo de determinada organização.

Uma extensa bibliografia apresenta e discute esta ferramenta de análise, mas não se credita a origem da mesma. Há possibilidade de ser creditada a Albert Humphrey, que liderou um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford nas



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

décadas de 1960 e 1970, usando dados da revista Fortune das 500 maiores corporações. Ou, aos professores Kenneth Andrews e *Roland Christensen da Harvard Business School*, o autor Andrews publicou em 1980 *The concept of corporate strategy* (Rezende &Castor, 2005) onde apresenta detalhes da análise SWOT.

Já Tarapanoff (2001) ressalta que a ideia da análise SWOT já era utilizada há mais de três mil anos quando menciona em uma epígrafe, o general chinês, que viveu no século IV A.C., Sun Tzu: “Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças”. A obra “A Arte da Guerra: por uma estratégia perfeita” de Sun Tzu (2004) é uma das mais comercializadas no mundo, os leitores a buscam para aprimorarem o conceito de estratégia em seus negócios e em outras faces de suas vidas sociais.

Essa técnica permite melhorar e potencializar o ambiente que está sendo analisando. Quando se identificam as forças e fraquezas, podem-se aprimorar os fatores que são pontos

176



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

positivos e corrigir os que estão fragilizando o ambiente. O fator oportunidades e ameaças não estão diretamente sobre controle do órgão gestor, no entanto, os responsáveis por seu planejamento devem estar cientes desses aspectos, para que se maximize as oportunidades e minimize as ameaças. No caso da trilha da Praia Deserta, foi realizada uma análise empírica e in loco, que possibilitou que esses fatores fossem observados e posteriormente analisados. Um quadro é apresentado com esses resultados.

177

Para o embasamento dessa pesquisa, foram consultados documentos e publicações pertinentes, incluindo material do ICMBio, Ministério do Turismo, dentre outros.

O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS E O PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI

O turismo é uma das possibilidades de desenvolvimento de locais que apresentam características capazes de motivar sua visitação. O setor movimenta segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2014), 9% do PIB mundial (efeito direto,



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

indireto ou induzido), gerando um em cada onze empregos. Dada a importância da atividade turística para economia mundial, muitos destinos têm no turismo sua principal fonte de geração de emprego e renda. No entanto, o turismo não pode apenas ser visto por sua movimentação de divisas, mas sim como uma forma de contribuir com a conservação da natureza e inclusão social.

O turismo de natureza apresentou nos últimos anos as maiores taxas de crescimento, e o ecoturismo de acordo com o OMT *apud* Ministério do Turismo -MTUR (2015) “é o segmento turístico que mais cresce no mundo”, com uma expansão de 15% e 25%. As Unidades de Conservação (UCs) são um dos principais elementos que podem potencializar o desenvolvimento do turismo nessas áreas. Assim, investir nas áreas que desejam receber visitantes é essencial, tanto para melhorar a infraestrutura local para a comunidade do entorno quanto para oferecer produtos e serviços de qualidade.

No turismo, para fins de organização, há diversos segmentos (turismo cultural, turismo de negócios, turismo de eventos,



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

turismo de massa, turismo de sol e praia), e entre esses estão os que são praticados na natureza. O turismo em áreas naturais é a prática de atividades na natureza que engloba os segmentos de ecoturismo, turismo de aventura, turismo educativo e diversos outros tipos de atividades alternativas e ao ar livre (Mckercher, 2002).

O ecoturismo é uma atividade que se distingue das demais por buscar que as pessoas que estão em uma área natural tenham consciência da importância dos locais que estão visitando. O segmento pode ser definido segundo Lindberg & Hawkins (1999, p. 59) como uma “viagem responsável a áreas naturais, com o fim de preservar o meio ambiente e promover o bem-estar das comunidades locais”.

Já o turismo de aventura “compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (Mtur, 2010, p. 14) e as atividades frequentemente praticadas são o rapel, caminhada, mergulho, arvorismo, cavalgada, montanhismo, espeleoturismo, paraquedismo, etc.

179



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

Outra segmentação que pode ser incentivada na região é o turismo de base comunitária. O TBC é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (Mtur, 2008).

É importante destacar que ICMBio está elaborando uma proposta de Roteiro Metodológico para o estabelecimento do Turismo de Base Comunitária nas Unidades de Conservação Federais e que deve orientar a continuidade desse trabalho. Desse material preliminar podem-se destacar seus princípios:

1. Conservação Socioambiental. A conservação do meio ambiente e o respeito à história e ao patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de Turismo de Base Comunitária.
2. Valorização da história e da cultura local. O Turismo de Base Comunitária deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

cultura da comunidade e, quando necessário, promover ações de recuperação da memória coletiva.

3. Protagonismo das comunidades. A comunidade deve ser a principal gestora e beneficiária do Turismo de Base Comunitária.

4. Gestão comunitária e participativa. O Turismo de Base Comunitária deve ser um modelo de desenvolvimento turístico que privilegia a participação comunitária no processo de tomada de decisões em todas as etapas do processo.

5. Equidade social. A partilha dos benefícios será de forma equitativa entre os atores envolvidos com a atividade, sendo que a comunidade deve ser a principal beneficiária.

6. Auxílio mútuo. A solidariedade e cooperação devem se sobrepôr aos interesses pessoais;

7. Transparência. As informações ambientais, sociais, financeiras devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.

8. Interculturalidade. O Turismo de Base Comunitária deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida.

181



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

9. Complementariedade. O turismo de base comunitária é fonte complementar de renda para as comunidades envolvidas.

No caso do PNS existem características potenciais no seu entorno para se trabalhar com o TBC. Cabe-se ressaltar que no histórico do PNS, duas importantes etapas foram construídas, uma de mobilização comunitária e outra referente à elaboração de estudos preliminares. Nesses espaços, constituídos através de oficinas de mobilização, se privilegiou a manifestação da comunidade e a troca de experiências (Albach, 2013).

182

Apesar do turismo ser dividido em diversos segmentos é difícil categorizar o visitante, pois uma classificação dependerá de uma pesquisa de demanda para conhecer suas motivações de viagem. No entanto, apesar dos gestores ainda não conhecerem a principal motivação que leva um turista a visitar o PNS, o planejamento de todas as atividades na área é fundamental, pois as mesmas devem causar o mínimo impacto no ambiente natural e oferecer segurança aos turistas.



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

As atividades ao ar livre podem utilizar as trilhas como vias de deslocamento até o local onde serão realizadas diversas atividades. As trilhas nesse caso são aspectos secundários na motivação dos turistas, no entanto, seu planejamento e manejo ainda são essenciais. Há também pessoas que utilizam as trilhas como sua principal motivação. Nesse caso, os atrativos podem estar na própria trilha, como pássaros, animais selvagens, aspectos da vegetação e aspectos geológicos e geomorfológicos.

183

Uma trilha de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (Abnt, 2007, p. 4) pode ser definida como uma: “via estreita, usualmente não pavimentada e intransitável para veículos de passeio”. Existem diferentes classificações para as trilhas, e a utilizada pelo Serviço de Parques Americanos (NPS, 2011) é: tipo da trilha, a classe da trilha, uso, concepção de uso e os parâmetros da concepção. O NPS também segmenta as trilhas como: trilhas terrestres, trilhas em neve e trilhas aquáticas. Para este órgão a classe das trilhas reflete sua escala de desenvolvimento, que vai da menos desenvolvidas (trilha de classe 1) para as mais desenvolvidas (trilha de classe



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

5). É importante ressaltar que ao menos uma das trilhas de acordo com o NPS deve ser acessível a pessoas com necessidades especiais.

O PNS possui muitos caminhos, mas com planejamento pode-se considerar a Trilha da Praia Deserta e a Trilha do Farol na Ilha das Peças.

A TRILHA DA PRAIA DESERTA

No caso da Trilha da Praia Deserta, objeto deste estudo, de acordo com os estudos para o Plano de Uso Público e Turismo do PNS (Albach, 2013) o seu trecho inicial localiza-se dentro da comunidade da Barra do Superagui (entorno do PNS) e o caminho segue até a Praia Deserta com extensão aproximada de 6km. Conhecida também como Trilha das Porteiras ou Trilha da Estradinha, conta com uma sequência de pontilhões construídos pela Prefeitura de Guaraqueçaba. Sua gestão é responsabilidade da Prefeitura de Guaraqueçaba, no entanto, a própria comunidade do entorno e os turistas podem contribuir com a manutenção das trilhas, principalmente recolhendo lixo e

184



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

evitando desvios da trilha, o que pode ocasionar trilhas secundárias.

Segundo Amend (2001 apud Albach, 2013) era o caminho que ligava a comunidade à antiga Fazenda Capela. Pela trilha é possível observar a paisagem da restinga baixa e alta, dos mangues, da praia, das pequenas dunas (paleodunas), além de aves. No final da trilha é possível um banho no mar ou nas pequenas lagoas na foz do riacho. O percurso é plano e de fácil acesso. Geralmente os visitantes acessam pela comunidade e retornam pela praia. A travessia de um pequeno canal (riacho), pode ficar sujeita às condições da maré. Também, pode-se iniciar a trilha também a partir da sede do ICMBio no PNS, para tanto deve-se atravessar uma ponte que não se encontra em bom estado de conservação, com falhas entre as madeiras, já bem desgastadas.

185

A Trilha da Praia Deserta pode ser classificada como uma trilha terrestre, no entanto para categorizar sua escala de desenvolvimento é preciso dividir a trilha em segmentos e analisá-los separadamente. Em observação em campo (2015),



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

pode-se observar que a trilha apresenta em vários pontos passarelas mal conservadas e alguns trechos inundados. A falta de um manejo adequado causa outros problemas na trilha, como erosão, trilhas secundárias, drenagem inadequada e acúmulo de lixo.

O caminho é arborizado, a trilha é de chão batido (arenosa), com vegetação de restinga e com a presença de bromélias, orquídeas, caxeta (árvore cuja madeira é utilizada para feitiço da rabeça, tamancos, lápis, dentre outros). O ambiente é bem conservado, e a beleza cênica do local é constituída por flores e 'tapetes de musgos', que parecem compor um jardim natural. Há algumas pontes de concreto nos pontos onde há cursos d'águas.

Ao chegar próximo à Praia Deserta, a paisagem muda, as árvores dão lugar à vegetação rasteira, avista-se o mar e areias finas e claras. Aves podem ser avistadas tanto na parte com vegetação, como na costa. A praia deserta tem 37 km de extensão e, de acordo com Albach (2013) o ambiente bastante



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

plano e de areia firme é favorável para caminhadas e cicloturismo, além de banhos.

A área próxima ao ponto em que a Trilha da Praia Deserta encontra a foz de um riacho com o mar, começa a ser chamada de “piscinas naturais” pelos visitantes e agências de turismo, pois forma pequenas lagoas bem agradáveis para banho, que dependem das condições do clima e das marés. Recebe correntes que carregam resíduos até a praia, como lixo despejado por navios. Apesar do impacto ambiental é possível uma “caça ao tesouro” em busca de materiais (lixo) do mundo todo.

187

A Praia Deserta da Ilha de Superagui é considerada o atrativo mais famoso do PNS. Bastante divulgada para a prática do cicloturismo e de travessias, é comum observar grupos que visitam a Ilha do Mel, depois passam pela Praia Deserta da Ilha das Peças, atravessam a Praia Deserta de Superagui e acessam a Ilha do Cardoso até a comunidade do Marujá. O sentido contrário também é realizado (Albach, 2013).



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

Quanto aos aspectos referentes à acessibilidade, verificou-se que a trilha não é acessível para cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção, pois não é possível que elas se desloquem pela trilha sem a ajuda de terceiros com segurança e a comodidade necessárias. O próprio acesso e permanência à Ilha de Superagui pelos deficientes é dificultado, pois não há adaptação nas embarcações e nem nos meios de hospedagem.

O número de pessoas que percorre a trilha varia entre as estações de verão e inverno. A maior procura ocorre no verão, no período de férias escolares e feriados de Ano Novo e Carnaval, principalmente. Entretanto, mais estudos sobre este perfil do visitante devem ser realizados, pois o conhecimento dessas informações é importante para o planejamento e gestão da área (Albach, 2013).

188

ANÁLISE SWOT DA TRILHA DA PRAIA DESERTA - PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI

Com base no que foi levantado por meio da bibliografia apresentada, na experiência dos autores, observação participativa e visitas *in loco*, foi elaborado um quadro com a



análise SWOT sugerida para esta trilha. Assim, o Quadro 01 apresenta aspectos do ambiente interno e externo da Trilha da Praia Deserta:

Quadro 1: Análise SWOT da Trilha da Praia Deserta

	Forças (<i>strengths</i>)	Fraquezas (<i>weaknesses</i>)
Interna	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos da flora: manguezal, bromélia (<i>Alcantarea imperialis</i>), orquídeas (<i>Arundinagraminefolia</i>), jerivá (<i>Syagrus romanzoffiana</i>), palmito juçara (<i>Euterpe edulis</i>), restinga, caxeta (<i>Tabebuia cassinoides</i>) Aspectos da fauna: aves, mico-leão-da-cara-preta (<i>Leontopithecus caissara</i>), jacaré do papo amarelo (<i>Caiman latirostris</i>) Formação da barra (Barra do Superagui) Mudanças naturais da paisagem que enfatiza a beleza cênica Cicloturismo Público ecoturista 	<ul style="list-style-type: none"> Lixo e falta de lixeiras Erosão Trilhas secundárias Drenagem na trilha Presença de animais domésticos Falta de painéis interpretativos Falta de materiais didáticos sobre o PNS Falta de guias/condutores de Turismo Falta de recursos humanos no Parque Vestígios de fogueira (devido a campings irregulares) Falta de sinalização na Trilha Falta de acessibilidade
	Oportunidades (<i>opportunities</i>)	Ameaças (<i>threats</i>)
Externa	<ul style="list-style-type: none"> Comunidade conhece o local e pode atuar como condutor Alinhamento de ações junto a prefeitura de Guaraqueçaba Turismo de base comunitária Paisagem da região do PNS Educação e interpretação ambiental Voluntariado para auxiliar na gestão do espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> Manguezais e restingas são sensíveis à intervenção humana Turismo de massa Gestão compartilhada da trilha com a prefeitura de Guaraqueçaba

Fonte: Os autores

As forças constatadas na trilha foram a possibilidade de observação dos aspectos da flora e da fauna, bem como a realização de atividades de interpretação ambiental, incluindo a observação da formação de barras e das mudanças naturais da



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

paisagem. Também foram identificados como forças o cicloturismo que pode se utilizar também da trilha e já é uma prática tradicional no Parque.

Com relação às fraquezas foram identificados diversos fatores que impactam negativamente a trilha como: acúmulo de lixo e falta de lixeiras, erosão, trilhas secundárias, drenagem inadequada em alguns pontos na trilha, presença de animais domésticos, falta de painéis interpretativos, sinalização da trilha, materiais didáticos sobre o PNS e guias/condutores. Ha carência de recursos humanos no Parque e foram observados vestígios de fogueiras causados por campings irregulares.

190

Desses fatores, os que poderiam ser facilmente resolvidos são o acúmulo de lixo que está diretamente relacionado com a falta de lixeiras e os vestígios de fogueiras. No entanto, esses elementos estão associados com o comportamento dos turistas na trilha, havendo a necessidade de mais programas de educação e sensibilização ambiental.



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

A erosão e as trilhas secundárias estão correlacionadas, pois devido ao fato da trilha apresentar alguns pontos de infraestrutura mal conservados, dificultando e impossibilitando o deslocamento, muitas pessoas desviam o caminho abrindo trilhas secundárias, podendo gerar e/ou agravar pontos de erosão. Outro aspecto que impacta negativamente a trilha é a falta de drenagem em alguns pontos. Assim, a acessibilidade tanto para os visitantes com deficiências ou não, fica prejudicada em determinados pontos da trilha e em momentos, como próximos a tempos chuvosos.

191

Também se observou a presença de animais domésticos, o que segundo o SNUC não é permitido em Parques Nacionais e pode causar doenças como a do bicho-geográfico (*Larva Migrans*). Outro aspecto importante é a necessidade de sinalização para melhor orientar o visitante sobre o percurso.

Como oportunidades, identificou-se que a própria comunidade poderia atuar na condução, devido ao conhecimento que a mesma possui sobre o local. Outra oportunidade identificada é



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

ênfatizar ainda mais o turismo de base comunitária que pode gerar emprego e renda para a comunidade do entorno.

As ameaças verificadas se relacionam à sensibilidade da interação humana com os aspectos da vegetação local (manguezais e restingas) e o turismo de massa. Aspectos como esses podem ser controlados por meio de planejamento adequado e o monitoramento constante dos impactos na área, bem como o uso de cálculos de capacidade de carga.

192

Ações visando melhorias na Trilha Da Praia Deserta e no Parque Nacional do Superagui

A análise SWOT realizada, com a análise do ambiente interno e externo da Trilha da Praia Deserta aponta alguns aspectos que podem ser aperfeiçoados. Assim, as ações sugeridas são:

- Atuação da comunidade do entorno como condutores;
- Instalação de painéis interpretativos;
- Melhorias nas condições das pontes e da drenagem da trilha,



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

- Instalação de lixeiras;
- Realização de monitoramento dos impactos.
- Intensificação das atividades de educação ambiental.

Atividades podem fortalecer a Trilha da Praia Deserta como produto para visitação, sendo algumas delas:

- Banhos de mar na Praia Deserta do Superagui.
- Banho de mar na Coroa da Barra do Superagui contratando embarca o.
- Caminhada na Praia Deserta do Superagui.
- Cicloturismo na Praia Deserta do Superagui alugando ou levando bicicleta própria.
- Observa o noturna, visto que há possível observa o noturna de jacarés.

193

Um dos aspectos importantes na gestão de uma UC   a forma como a comunidade do entorno   envolvida e se a mesma tem interesse em participar desse processo. A comunidade tem conhecimento empírico e conhece as necessidades locais e sua inclusão pode possibilitar uma gestão mais eficaz. A contrata o



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

de condutores é uma das alternativas de inclusão da comunidade em uma UC.

Os condutores podem auxiliar para evitar impactos ambientais e proporcionar segurança aos visitantes. Esses profissionais podem atuar como fiscais da natureza, desenvolvendo durante o percurso atividades de educação e interpretação ambiental.

Melhorias e adequações são necessárias para atender a demanda de visitantes que realiza a Trilha da Praia Deserta. Algumas necessitam de maiores investimentos, no entanto muitas das ameaças e fraquezas identificadas poderiam ser resolvidas ou minimizadas com ações envolvendo a própria comunidade e a seleção de voluntários. Outras atividades, como as propostas neste item, além da realização da trilha em si também podem ser incentivadas na Praia Deserta e assim, contribuir com a satisfação dos visitantes, desde que sejam planejadas respeitando-se o Plano de Manejo do PNS.

194



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar estrategicamente a Unidade de Conservação vem de encontro aos novos modelos de gestão pública que podem ser aplicados na relação do uso público e turismo com esses espaços protegidos.

Em uma “Nova Gestão Pública” tem-se por base filosofias de mercado e o entendimento do cidadão como ente político e consumidor, enquanto no “Novo Serviço Público” observa-se um modelo emergente que entende que o bem público deve ser produzido para a sociedade e pela sociedade, com a efetiva participação do cidadão em parceria com os entes públicos (Salm & Menegasso, 2009)

Assim, esta pesquisa sugere que o PNS tem potencial para efetivação do uso público que já acontece, mas ainda carece de uma parceria mais efetiva entre o Parque e a comunidade do entorno. O PNS possui atrativos que já são frequentados, porém, vários aspectos podem ser melhorados.

195



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

A Trilha da Praia Deserta, na Ilha de Superagui, é um desses atrativos, no entanto ainda apresenta fatores que podem influenciar negativamente na experiência do visitante, todavia alguns desses aspectos podem ser reparados com monitoramento e manutenção periódica. A análise SWOT permitiu conhecer alguns pontos fortes e fracos desta Trilha, o que pode vir a auxiliar os gestores da UC a implementar estratégias já existentes e as ações evidenciadas neste artigo.

O PNS possui como principais atrativos os aspectos da sua paisagem, o que possibilita o desenvolvimento de atividades de natureza. No entanto, uma segmentação turística que pode agregar valor ao local, e principalmente gerar renda para a comunidade, é o Turismo de Base Comunitária. No caso do PNS, há potencial para o desenvolvimento do TBC, sendo que algumas etapas desse processo já foram concluídas, no entanto, a participação efetiva da comunidade é essencial, pois é por meio dela que as atividades serão desenvolvidas.

No caso da Trilha da Praia Deserta, constatou-se a possibilidade do desenvolvimento de outras atividades na praia, no entanto,

196



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

é necessário que uma série de fatores específicos da trilha (drenagem, trilhas secundárias, erosão) sejam levados em consideração para um planejamento e manejo adequado da trilha.

REFERÊNCIAS

Albach, V. M. (2013). *Estudos para o Plano de Uso Público e Turismo do Parque Nacional do Superagui e Capacidade de Suporte*. Superagui, PR. ICMBio.

Abnt. Turismo de Aventura - Terminologia. Disponível em: [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/B31CA05D2BDCCFE7832576BA005067B5/\\$File/NT000439F2.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/B31CA05D2BDCCFE7832576BA005067B5/$File/NT000439F2.pdf)

Brasil. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>.

Diegues, A. C. (2004). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2015a). *Parque Nacional do Superagui*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2263-parna-do-superagui>



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2015b). *Unidades de Conservação*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidades-de-conservacao.html>
- Lindberg, K., Hawkins, D. (1999). *Ecoturismo: Um Guia de Planejamento e Gestão*. São Paulo: Senac São Paulo.
- Mckercher, B. (2002). *Turismo de Natureza: Planejamento e Sustentabilidade*. São Paulo: Contexto.
- Ministério do Turismo - MTUR. (2010). *Turismo de Aventura: orientações básicas*. Ministério do Turismo. Brasília.
- Ministério do Turismo - MTUR. (2015). *Natureza e ecoturismo atraem estrangeiros ao Brasil*. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20140403.html
- Ministério do Turismo - MTUR. (2008). *Chamada Pública MTUR n. 001/2008 - Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária*. Brasília.
- National Parks Service - NPS. (2011). *Trail Fundamentals and Trail Management Objectives*. Disponível em: http://www.fs.fed.us/recreation/programs/trailmanagement/documents/trailfundamentals/Fundamentals_Trng_Pkg_05_01_2011.pdf
- Organização Mundial do Turismo - OMT. (2014). *Panorama OMT del Turismo Internacional*. Madrid: OMT.
- Rezende, D. A., Castor, B. V. J. (2005). *Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas*. Rio de Janeiro: Brasport.
- Salm, J. F., Menegasso, M. E. (2009). *Os Modelos de Administração Pública como estratégias complementares para a coprodução*



Volume 3, número 2, 2018, p. 169- 199

do Bem Público. Revista de Ciência da Administração, 11(25), 97-120.

Sun Tzu. (2004). *A arte da guerra*: por uma estratégia perfeita. São Paulo: Madras.

Tarapanoff, K. (2001). *Inteligência Organizacional e Competitiva*. Brasília: UNB.